

## Título da página eletrónica: Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (Brasil)

URL: <http://www4.planalto.gov.br/consea>

Juliana Torquato Luiz

---



### Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/6063>

DOI: 10.4000/rccs.6063

ISSN: 2182-7435

### Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

### Edição impressa

Data de publicação: 1 setembro 2015

Paginação: 127-129

ISSN: 0254-1106

### Refêrencia eletrónica

Juliana Torquato Luiz, « Título da página eletrónica: Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (Brasil) », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 107 | 2015, posto online no dia 04 setembro 2015, consultado o 23 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/6063> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/rccs.6063>

---



## Espaço Virtual

**Título da página eletrónica: Energia elétrica, ambiental e socialmente limpa**

**URL: <http://telmadmonteiro.blogspot.pt>**

O blogue “Energia elétrica, ambiental e socialmente limpa”, alimentado regularmente pela ativista socioambiental Telma Monteiro, é uma excelente fonte de informação para aqueles que querem conhecer em pormenor os impasses e impactos relativos aos projetos de infraestrutura na Amazônia, com particular atenção à Amazônia Brasileira.

Nas matérias assinadas por Telma Monteiro – que também podem ser consultadas em blogues como Correio da Cidadania (<http://www.correiocidadania.com.br>) e Língua Ferina (<http://candidoneto.blogspot.pt>) –, os temas abordados são bastante atuais e polémicos, o que amplia a relevância dos dados técnicos e das análises políticas disponíveis para uma compreensão mais profunda da dinâmica de forças na Amazônia e dos impactos relativos aos grandes projetos. Entre as questões usualmente abordadas é de ressaltar: o debate acerca da viabilidade ambiental dos processos de licenciamento, as entrelinhas dos pareceres técnicos, a relação entre os projetos hidrelétricos e os investimentos em mineração, a usual falta de consulta prévia aos povos indígenas e os riscos socioambientais inerentes à intervenção em certos rios amazônicos (como é o caso, por exemplo, do Rio Madeira, em que os riscos de inundação se agravam por conta de barreiras provisórias na Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau cuja falta de segurança ameaça a população local).

Um dos principais contributos do blogue está exatamente aí – na análise dos impactos ocasionados pelos planos e pelas

obras já iniciadas ao longo dos rios Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu. Deste modo, têm sido avaliadas particularmente as movimentações do Governo, do Ministério Público, dos principais atores institucionais envolvidos e das comunidades atingidas nos casos das Usinas de Santo António e Jirau (em Rondônia – rio Madeira), da UHE de Teles Pires (no Mato Grosso – rio Teles Pires), da Usina de Belo Monte (no Pará - rio Xingu) e do complexo de cinco hidrelétricas na Bacia do Tapajós. No caso emblemático de Belo Monte, planeada para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo – só suplantada por Três Gargantas (na China) e Itaipu (entre Brasil e Paraguai) –, há uma série de conexões pouco divulgadas que o blogue ajuda a esclarecer. Através de mapas e documentos anexos, as matérias desvendam, por exemplo, a conexão entre a construção de Belo Monte e a exploração de recursos minerais em terras indígenas. O mesmo se aplica à região do rio Tapajós, em que ouro, diamante, granito e outros minérios se revelam presentes. No caso particular de Belo Monte, o blogue aborda a relação entre a hidrelétrica e a exploração de ouro a céu aberto por uma mineradora canadiana. Também aponta os possíveis efeitos do desvio da Volta Grande do Xingu, tanto na biodiversidade local como na rotina de navegação das comunidades da região. De forma geral, o *site* é de grande utilidade, não só por proporcionar uma análise da dinâmica de forças que influencia a execução destas grandes obras de infraestrutura, mas também por permitir

perceber outras dimensões a ela relacionadas – como o avanço dos planos de mineração e dos planos hidroviários na região. Uma novidade importante que constitui uma vantagem para o leitor é o acesso a ilustrações, mapas e documentos anexos, que ajudam a verificar a pertinência de afirmações mais polêmicas e contundentes.

Sem dúvida, a atualidade, a pertinência, a oferta de dados técnicos e o olhar crítico de Telma Monteiro tornam este blogue uma das melhores referências disponíveis para um entendimento mais complexo e rico sobre os grandes projetos localizados na Amazônia no âmbito do PAC brasileiro (Programa de Aceleração do Crescimento).

### **Título da página eletrônica: Unidades de Conservação da Amazônia**

**URL: <http://uc.socioambiental.org>**

Em 2011, ao comemorar o Ano Internacional das Florestas, o Instituto Socioambiental (ISA) criou um site especial, voltado especificamente à questão das Unidades de Conservação (UCs) da Amazônia brasileira. O ISA é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) voltada para a defesa dos direitos dos povos indígenas, a pesquisa e sistematização de informações socioambientais relevantes e a mobilização relativamente às políticas públicas. Apesar de ter um site já bastante rico em informações e notícias (<http://www.socioambiental.org/pt-br>), com muitos documentos importantes – a exemplo do dossiê recentemente publicado sobre Belo Monte –, o ISA desenvolveu um espaço próprio para compartilhamento de dados sobre as Unidades de Conservação (inicialmente focando a Amazônia brasileira, mas, mais tarde, abrindo para outras regiões e biomas do país não relacionadas à Amazônia Legal). Apesar de estar agora mais amplo e completo, o site “Unidades de Conservação no Brasil” não perdeu sua ênfase na Amazônia brasileira, disponibilizando não só informações relevantes sobre as 179 UCs estaduais e as 136 federais na Amazônia Legal, como também sobre o ranking de desmatamento a ela relacionado (neste caso, o percentual de desmatamento, ano a ano, nas dez UCs federais e estaduais mais atingidas).

A existência de um site para abordar especificamente as UCs – tendo em conta as muitas e diferentes categorias que o termo pode assumir e a proporção que elas ocupam da Amazônia Legal (cerca de 24,73%) – é, sem dúvida, uma mais-valia. O site-portal constitui uma fonte de informação bastante útil, não só pelos dados técnicos e pelos mapas que disponibiliza, mas também pela possibilidade de analisar as UCs a partir de diferentes ângulos, tais como nível de desmatamento, existência de obras, focos de calor, mineração, sobreposição com terras indígenas, para citar alguns. Além do valioso mapa interativo das UCs e da possibilidade de saber, em mais detalhes, a situação de cada uma delas, o portal disponibiliza também uma infinidade de fotos, vídeos e documentos (a exemplo do relatório intitulado Panorama Global da Diversidade de 2014) que ajudam a compor um retrato da Amazônia Legal em termos de conservação ambiental. Também está disponível na página uma seção de notícias sobre temas importantes e correlatos – como agrobiodiversidade, questões relativas a territórios indígenas e quilombolas, nível de consumo de agrotóxicos, extração ilegal de madeira, para citar alguns.

De modo geral, trata-se de um site que, apesar de específico, se revela bastante útil não só para informações gerais de caráter

socioambiental, como também para munir de dados de estudos comparativos mais amplos – por exemplo, entre os diferentes biomas na Amazônia Legal (amazônico, cerrado e pantanal), entre as UCs federais e estaduais, entre as UCs de proteção integral e as de uso sustentável. Bastante

diversificado no material a que permite aceder, o site “Unidades de Conservação no Brasil” contribuiu significativamente para um conhecimento mais detalhado sobre a Amazônia Legal brasileira.

*Luciane Lucas dos Santos*

**Título da página eletrônica: Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – Rioterra**

**URL: <http://www.rioterra.org.br/>**

O referido sítio eletrônico é o espaço virtual da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI) “Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia – RIOTERRA”, existente desde 1999. Trata-se de um amplo trabalho, empreendido principalmente por biólogos, geógrafos e engenheiros ambientais, orientados para estudos, pesquisas e ações articuladas a diferentes populações de alguns territórios do sudoeste da Amazônia, ao exemplo do Vale do Guaporé, Território do Madeira Mamoré e da Floresta Nacional do Jamari, localizados no estado de Rondônia, na região norte do Brasil. E esta é uma das especificidades encontradas na página: a possibilidade de acessar informações produzidas sobre territórios da Amazônia que usualmente são objeto de pouca atenção/referência, inclusive em revistas científicas que abordam o tema “Amazônia”. Além da reunião de artigos científicos produzidos pela própria equipe da Rioterra, destacam-se na página

dois grupos de materiais que podem auxiliar em diferentes pesquisas: (1) relatórios técnicos, que recuperam estudos sobre os modos de ocupação destes territórios e sobre determinadas cadeias produtivas (mandiocultura, pesca artesanal, polpa de frutas e da castanha) e as pesquisas florestais de espécies amazônicas e (2) o espaço destinado ao geoprocessamento, onde é possível acessar mapas temáticos com bases desde 2002 disponíveis em PDF, e bases de dados em formato SHAPE. Outro ponto interessante são as narrativas produzidas pela própria OSCIP sobre alguns projetos em parceria com o Governo federal brasileiro, ao exemplo do “Projeto Quintais Amazônicos”. Nesse sentido, a possibilidade de realizar análises críticas sobre projetos de intervenção em territórios da Amazônia a partir das relações entre Estado, sociedade civil organizada e populações dos respectivos territórios pode ser de muita pertinência à realização de diferentes estudos sobre o tema.

**Título da página eletrônica: Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA (Brasil)**

**URL: <http://www4.planalto.gov.br/consea>**

O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é uma instituição participativa (com representação nos

âmbitos nacional, estaduais e municipais) formado por membros da sociedade civil e do Governo brasileiro. Possui caráter

consultivo com o objetivo de assessorar e orientar a Presidência da República na formulação e definição de políticas que garantam o direito humano à alimentação adequada e saudável. A página desse Conselho é muito rica no que tange à organização e sistematização de diferentes debates sobre a questão da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional como um todo, além de reunir um conjunto de leis, políticas, normativas e políticas intersetoriais, apresentadas em diversos formatos (relatórios, dossiês de pesquisas, dados estatísticos, conteúdos em audiovisual, dentre outros). O debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na Amazônia é explorado a partir de uma diversidade de conteúdos: desde pesquisas sobre as especificidades da SAN nos territórios e suas populações; SAN dos povos indígenas, das populações negras e dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, bem como posicionamentos políticos e técnicos do CONSEA sobre projetos de lei e políticas e programas sociais transversais à temática, ao exemplo do recente debate sobre o Projeto de Lei (PL) 7735/14 ou Lei da Biodiversidade, quando o CONSEA chamou a atenção da sociedade brasileira para a ampliação do debate. Considerando esse contexto, destaca-se aqui a Carta da Amazônia. Pertinente documento produzido no âmbito das ações do CONSEA, voltadas à preparação das conferências que, anualmente, significam o auge do exercício da participação sociopolítica em torno do tema.

A Carta da Amazônia (<http://www4.planalto.gov.br/consea/documentos-do-site-que-estao-privados/carta-amazonica-versao-final.pdf/>), disponível no respectivo sítio eletrônico, é um documento político produzido no âmbito do Encontro Temático de Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia, realizado entre 9 e 11 de junho de 2015 na cidade de

Belém (Pará), na região norte brasileira. Este encontro é uma das preconferências organizadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil, formado por membros do Governo e sociedade civil, antecedendo a própria Conferência Nacional, prevista para novembro do respectivo ano, com o tema “Comida de verdade, no campo e na cidade”. O tema da Amazônia foi considerado um dos temas centrais na preparação e aprofundamento de questões de SAN no Brasil, visto esta ser um das regiões que apresenta um dos maiores índices de insegurança alimentar e nutricional no país (o documento apresenta o índice de insegurança alimentar em 63,9% nos domicílios da região norte). Dessa forma, a carta apresenta a discussão crítica sobre dados produzidos sobre SAN na região amazônica em 2013 e propõe o aprofundamento das seguintes questões: “o que é comida de verdade na visão dos povos da Amazônia?”; “Quais os desafios para garantir a SAN no maior bioma do Brasil?”; “Como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é implementada na Amazônia?”. Tais perguntas são tratadas no documento, onde as respostas construídas denunciam o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil como “um modelo ameaçador aos sistemas alimentares da Amazônia”. Problemas como a expansão da monocultura, concentração de terras, implantação de grandes projetos de infraestrutura como hidroelétricas e barragens são indicados na Carta. O documento também apresenta, de forma sumária, as deliberações apresentadas por um conjunto de atores sociais e políticos que participaram do Encontro: organizações sociais indígenas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, comunidades quilombolas, agricultores familiares, povos de terreiro, populações negras, o movimento nacional de população de

rua, o movimento de reforma urbana, os atingidos por barragens, o movimento de mulheres, nutricionistas, educadores populares, organizações de promoção de agroecologia e economia solidária, dentre outras representações sociais. As deliberações indicadas no documento tratam de conteúdos que versam sobre: terra e território; produção, financiamento

e assistência técnica e extensão rural; acesso a mercados de compras públicas da agricultura familiar, Programas de Transferência de Renda e Programas Bolsa Família; pesca e aquicultura; sociobiodiversidade; meio ambiente, saneamento e saúde e gestão e pacto federativo.

*Juliana Torquato Luiz*

---

**Luciane Lucas dos Santos**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: lucianelucas@ces.uc.pt.

**Juliana Torquato Luiz**

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal  
Contacto: julianatluiz@gmail.com

---

